

História e Memória da Insurreição de 1935 nas entrevistas de Luiz Carlos Prestes.

History and Memory of the uprising 1935 in interviews of Luiz Carlos Prestes.

*Raimundo Nonato Pereira Moreira**

Resumo: Este artigo discute as relações entre História e Memória, tomando como objeto as entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes, antigo secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sobre a Insurreição de novembro de 1935. A partir deste escopo, confrontam-se os testemunhos do dirigente acerca do levante com outros indícios históricos, evidenciados por Pinheiro (1992), Vianna (2007) e Waack (1993). Finalmente, à luz das reflexões esboçadas por Pollak (1989), Rousso (1998) e Burke (2000) analisam-se as implicações dos depoimentos de Prestes sobre a “Revolta Vermelha” para a memória comunista e a historiografia brasileira.

Palavras-chave: História. Memória. Luiz Carlos Prestes.

Abstract: This paper discusses the relationships between History and Memory, taking as object the interview conceded by Luiz Carlos Prestes, old secretary-general of the Brazilian Communist Party (BCP), about the revolt in November 1935. From this scope, we face the testimonies of the officer about the uprising with other historical vestiges, evidenced by Pinheiro (1992), Vianna (2007) and Waack (1993). Finally, from the reflections outlined by Pollak (1989), Rousso (1998) and Burke (2000) we analyze the implications of the statements by Prestes about the “Red Revolt” for the communist memory and the Brazilian historiography.

Key-words: History. Memory. Luiz Carlos Prestes.

A menção do nome de Luiz Carlos Prestes (1898-1990) evoca, de imediato, um dos mitos que povoaram o imaginário das esquerdas brasileiras durante o *breve*

* Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenador do projeto de pesquisa *No rastro de Miranda: uma investigação histórica acerca da trajetória de Antônio Maciel Bonfim (1905- c. 1947)*. E-mail: raimundononatopereiramoreira@yahoo.com.br

século XX. Pretextos que justificam a atribuição de traços heroicos ao personagem não faltaram, na medida em que, ao longo da sua existência, desempenhou uma multiplicidade de papéis: militar conspirador; participante do levante tenentista de 1924; comandante da *Coluna Invicta*; *Cavaleiro da Esperança*; presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora; líder da Insurreição de novembro de 1935; prisioneiro político durante o Estado Novo; senador eleito com a votação inaudita; e secretário-geral do PCB durante quase quarenta anos. Em pelo menos um aspecto os admiradores e os detratores do *Velho* concordam: Prestes foi um protagonista, por excelência, da história política brasileira durante a *Era dos extremos*.

Combatente em tempo integral, Luiz Carlos Prestes não produziu uma obra teórica que conduzisse às linhas de força do seu pensamento (MORAES, 1997, p. 16). Ao contrário de outros militantes comunistas – Leôncio Basbaum (1907-1969), Agildo Barata (1905-1968), Heitor Ferreira Lima (1905-1989) e Gregório Bezerra (1900-1983) – não escreveu trabalho de natureza autobiográfica. Ainda hoje, decorridos mais de vinte anos desde a sua morte, pode-se afirmar que inexistente um trabalho de síntese acerca da acidentada trajetória do legendárioridigente. Conforme assinalou Motta (2004, p. 111), figura relevante na história brasileira, cuja importância se deveu talvez mais à força de sua imagem que à ação política efetiva, o *Cavaleiro da Esperança* é personagem ainda a ser estudado. “Lançando mão de uma imagem clássica, poderíamos dizer que se trata de objeto ainda à espera de seu historiador”.

Segundo Moraes (1997, p. 16-17, 33-45, 360-361), Prestes, geralmente, desenvolveu as suas avaliações de longo curso em extensos depoimentos a jornalistas, em diferentes conjunturas históricas. Com efeito, desde a entrevista concedida a Raphael Corrêa de Oliveira, enviado especial de *O Jornal* à Bolívia, publicada nas edições de 10 a 13 de março de 1927 do periódico carioca, até as declarações prestadas ao repórter Cláudio Accioli, que vieram a lume nas páginas da revista *Manchete*, em 24 de março de 1990, Prestes, em suas trilhas de contestação, jamais se esquivou de juízos peremptórios e de acirradas polêmicas. Portanto, o diálogo com a memória, acompanhado da necessária problematização das leituras do *Velho* sobre a história do século XX, apresenta importância capital no esforço analítico acerca da personalidade complexa do dirigente e sobre as situações concretas nas quais

entrevista. “O traçado das entrevistas assume uma dimensão retrospectiva, na medida em que restaura as visões de mundo que se acumularam e incidiram de modo indelével no percurso”.

Ainda sobre o ponto em debate, destaque-se que, a partir da sua libertação, em 19 de abril de 1945, após nove anos de encarceramento, Prestes foi constantemente inquirido acerca da Insurreição de novembro de 1935 – ou a *Intentona Comunista*, conforme a terminologia utilizada pelas Forças Armadas, pelos meios de comunicação e por segmentos da direita brasileira. Os interlocutores desejavam conhecer a efetiva intervenção do dirigente nos eventos ocorridos em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro. Quais foram os responsáveis pelo fracasso do movimento? Qual o papel desempenhado pela União Soviética no tocante ao planejamento, à intervenção, ao financiamento e à deflagração da *Revolta Vermelha*?

Contudo, tomando-se como baliza para avaliar as primeiras declarações do secretário-geral do Partido Comunista do Brasil o binômio *memória-esquecimento*, nota-se que Prestes estava muito mais disposto a olvidar do que a recordar os episódios anteriormente referidos. Assim, a entrevista concedida à *Tribuna Popular*, publicada em 6 de setembro de 1945, permite vislumbrar a linha mestra seguida pelo dirigente, em uma conjuntura na qual o PCB concentrava as suas energias no esforço de guerra contra o nazi-fascismo e a favor da política de *União Nacional*. Referindo-se a uma ordem do dia do comandante da Primeira Região Militar, interpretada como uma posição do Exército contra os comunistas, o *Cavaleiro da Esperança* esgrimiou um argumento tático, exaustivamente repetido em outras intervenções: “Anistia significa esquecimento” (PRESTES, 1945a, in MORAES, 1997, p. 68).

Nos anos seguintes, o dirigente multiplicou os esforços no sentido de incorporar o PCB à competição das forças políticas por espaços institucionais. Para tanto, não cansou de sublinhar a necessidade de a sociedade brasileira esquecer questões incômodas do passado recente. Em uma entrevista de 40 minutos concedida à Rádio Globo do Rio de Janeiro, transcrita na edição de 12 de janeiro de 1946 da *Tribuna Popular*, o senador eleito pelo Distrito Federal voltou a abordar o tema da anistia. Assim, perguntado se pleitearia, juntamente com outros oficiais, retornar às fileiras das Forças Armadas, Prestes respondeu: “Tenho este direito. Em abril de 1945 foi assinado o decreto de anistia. Anistia é esquecimento. Esquecimento do ponto de

vista jurídico". Na sequência, precisou aassertiva: "O decreto de abril de 1945 não foi, porém, anistia. Houve apenas liberdade para os presos políticos" (PRESTES, 1945b, in MORAES, 1997, p. 77-78).

Mesmo após o cancelamento do registro eleitoral do PCB e a ocupação militar das sedes do partido, Prestes manteve o *leitmotiv* do esquecimento como "fator de união e de pacificação da família brasileira". Na entrevista concedida à *Tribuna Popular*, publicada em 5 de junho de 1947, o secretário-geral apelou às massas populares no sentido da queda do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), retomando a consigna reiterada *ad nauseam*: "Esqueçamos as divergências do passado, afogemos as paixões e ressentimentos e unamo-nos todos para conseguir, sem maiores delongas, a volta da Constituição e o restabelecimento da ordem democrática no país" (PRESTES, 1947, in MORAES, 1997, p. 61, 103).

Sintomaticamente, Prestes utilizou o mesmo esquema mental quando retornou à cena pública, egresso de um período de dez anos na clandestinidade (1948-1958). Assim, na primeira entrevista coletiva que concedeu, reproduzida pelo *Correio Paulistano*, em 27 de março de 1958, fez questão de assegurar:

Volto à atividade política livre como em 1945 aconteceu, sem quaisquer ressentimentos, sem nenhum rancor, esquecendo agravos e desentendimentos e disposto a entender-me com todos, ouvir e conversar com todos, independentemente de quaisquer divergências políticas ou ideológicas (PRESTES, 1958, in MORAES, 1997, p. 147).

A análise das entrevistas concedidas durante os últimos dez anos da vida de Luiz Carlos Prestes, ou seja, no período que se estendeu de outubro de 1979 a março de 1990, permite identificar uma significativa mutação na dialética *memória-esquecimento*. Assim, após o rompimento com a maioria do Comitê Central do PCB, tornado público com a divulgação da *Carta aos comunistas*, em março de 1980, o *Velho*, transformado em um *general sem exército*, não se furtou em apresentar o testemunho acerca dos acontecimentos de 1935. Ao contrário do que ocorreu em 1945, Prestes desejava rememorar os fantasmas da insurreição. Acerca do ponto em debate, Waack (1993, p. 346), ressaltou que, nos derradeiros anos da sua existência, no curso das diversas entrevistas em que abordou o levante de 1935, o dirigente pecebista omitiu detalhes em algumas e tornou-se mais prolixo em outras. Não

obstante, muito disciplinado, sempre desmentiu categoricamente a versão segundo a qual a Internacional Comunista (*Komintern*) dera a ordem para o início da revolta.

No que concerne às matérias jornalísticas analisadas no presente trabalho, o ponto de mutação de Prestes aparece na entrevista concedida ao semanário *Pasquim*, publicada em 2 e 8 de novembro de 1979. Assim, instado pelo escritor Ziraldo a contar a sua versão sobre a “noite da intentona”, no Rio de Janeiro, o *Velho* não se fez de rogado:

Eu era simplesmente membro do partido, representando-o na Aliança Nacional Libertadora. O maior responsável pelo levante foi o secretário-geral do partido, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda – que depois capitulou diante da polícia. Ele nos dava informações efetivamente falsas sobre a realidade, dizendo que os postes da Light já estavam minados, que toda a classe operária do Rio se levantaria. Quando recebi o primeiro telegrama do levante em Natal, mandamos procurá-lo. Na noite mesmo de 24 para 25 de novembro, tive contato com alguns militares das guarnições do Rio, mas não queria tomar nenhuma iniciativa sem consultar o secretário-geral. Isto retardou o levante aqui, que só pode se realizar na noite de 26 para 27 de novembro, quando a tropa já estava de prontidão. Se o levante tivesse sido imediato, na noite de 25, teria sido mais fácil (PRESTES, 1979, in MORAES, 1997, p. 245).

Paradoxalmente, não foi este o ponto de vista apresentada na entrevista concedida a Rosa Freire D'Aguiar, em Paris, publicada na revista de *Isto É*, em 6 de setembro de 1978. Questionado acerca da “intentona”, o ainda secretário-geral do PCB protestou contra a forma insultuosa de se referir ao acontecimento, na verdade um “movimento antifascista” e “justo”. Valendo-se do princípio da autocrítica, Prestes refletiu acerca da correlação entre as forças políticas no período:

Ali também cometemos erros táticos. O movimento foi justo, mas não tínhamos força na classe operária. Por mais incrível que pareça, era mais fácil, naquela época, construir o partido nos quartéis do que nas fábricas. [...] Como dizia Marx sobre a Comuna de Paris, em 1935 nos quisemos assaltar o céu. Não tínhamos recurso para tanto, mas o otimismo revolucionário leva muitas vezes a se querer fazer mais do que se pode. Devo dizer que todos os participantes do movimento tiveram uma atitude muito digna na prisão, inclusive os que não eram membros do partido [...] (PRESTES, 1978, in MORAES, 1997, p. 213).

Nos anos seguintes, libertando-se do fardo da secretaria e em confronto aberto com a maior parte da Direção Nacional, o comandante da Coluna manteve alguns elementos da sua interpretação sobre os acontecimentos de 1935, ao tempo em que

revisou outros. Com efeito, as declarações de Prestes inserem-se no contexto mais amplo das encarniçadas batalhas travadas acerca da história e da memória do PCB, nas quais antigos quadros comunistas elaboram, com particular ênfase, as suas reminiscências, buscando um acerto de contas com diversas questões do passado relacionadas à sua militância revolucionária (BARATA, 1978; BASBAUM, 1976; BEZERRA, 1982; BRANDÃO, 1978; CAVALCANTI, 1978; FALCÃO, 2000; LACERDA, 1987; LIMA, 1982; OLIVEIRA FILHO, 1985).

Assim, no decorrer do longo depoimento que originou o livro *Prestes: lutas e autocríticas*, resultado de 15 encontros com os jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana, realizados entre maio a dezembro de 1981, o *Velho* obteve a chance de apresentar o seu testemunho sobre a revolta de 1935. Como de praxe, negou taxativamente a versão oficial de que o levante foi preparado no VII Congresso da Internacional Comunista. “Não houve nenhuma orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. A responsabilidade é do nosso partido e do secretário-geral, Miranda, que transmitia informações falsas sobre o que estava acontecendo” (PRESTES, 1981a, in MORAES; VIANA, 1997, p. 83). Portanto, a testemunha desmentiu, categoricamente, a subordinação dos brasileiros às ordens do *Komintern*:

Aliás, em torno do levante de 35 há uma mentira que precisa ser esclarecida. A história oficial diz que Moscou determinou o levante. Insisto: não é verdade. É uma mentira. Foi o CC do nosso partido que optou e se decidiu pelo levante. Nosso partido concluiu que havia condições para chegar ao poder, particularmente porque a ANL gozava de grande prestígio e foi colocada arbitrariamente na ilegalidade por Getúlio (PRESTES, 1981b, in MORAES; VIANA, 1997, p. 90).

A esta altura, pode-se inquirir quem foi Antônio Maciel Bonfim, codinome *Miranda*, escolhido por Prestes como o culpado pelas desgraças que se abateram sobre os comunistas e os seus aliados, durante o movimento aliancista de novembro de 1935. Bem, o obscuro personagem nasceu na cidade de Irará, no estado da Bahia, em dia 10 de fevereiro de 1905. Em 1930, aderiu à Liga de Ação Revolucionária (LAR), agrupamento criado por Prestes, em julho do mesmo ano, quando se encontrava na Argentina. De algum modo, o ativista baiano estabeleceu contato com o *Cavaleiro da Esperança* ou com outro expoente da organização, vinculando-se ao programa da fração prestista. Na sequência, atuou como secretário da LAR na Bahia, durante três meses, foi preso e permaneceu na confraria até a sua dissolução e o rompimento com

o líder, em dezembro de 1930 (CARONE, 1978, p. 328-332, 1982, p. 233-234; RODRIGUES, in FAUSTO, 1993, p. 370; VIANNA, 2007, p. 71, 112-115; WAACK, 1993, p. 65).

Após a liquidação do agrupamento prestista, Bonfim procurou ingressar no PCB, conseguindo o seu intento em 1932. A partir daí, galgou posições intermediárias na estrutura partidária, até chegar à secretaria geral, em julho de 1934. Na direção, passou a ser conhecido pela alcunha de *Miranda* – também adotou os codinomes *Adalberto de Andrade Fernandes*, *Américo de Carvalho*, *Américo*, *Queiroz* e *Tavares*. Delegado à Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, realizada em Moscou, entre os dias 16 e 28 de outubro de 1934, o revolucionário baiano impressionou ao dirigente máximo da Internacional Comunista, Dimitri Manuilski (1883-1959). Os informes apresentados pela direção do PCB apontavam para a existência de uma situação revolucionária no Brasil. A partir dos encontros de Moscou, o *Komintern* assentiu o retorno de Prestes e enviou um grupo de assessores para o Rio de Janeiro – dentre os quais Olga Benario (1908-1942), Arthur Ewert (1890-1959) e Rodolfo Ghioldi (1897-1985). Com o fracasso da insurreição de 1935, Bonfim foi preso, juntamente com a consorte, Elvira Cupelo Colônio (*Elza Fernandes*), em 13 de janeiro de 1936. O secretário-geral, embora torturado, adotou a estratégia de confirmar tudo aquilo que a polícia já soubesse e de se calar no que pudesse lhe fornecer novos elementos. Na prisão, amargou a desconfiança dos companheiros e soube da morte de *Elza*, executada por integrantes do Secretariado Nacional do PCB. Libertado, em 19 de julho de 1940, *Miranda* sofria de tuberculose, perdera um rim, em virtude dos espancamentos, e estava na mais absoluta miséria. Retornou à Bahia, falecendo em Alagoinhas, pouco tempo depois (MOREIRA *et al.*, 2011, p. 63-64; VIANNA, 2007, p. 145-152, 382, 395-396; WAACK, 1993, p. 68-72, 282-287, 292-300, 333-336, 346).

Assim, não é exagerado deduzir que, tendo em vista o peso simbólico dos testemunhos de Prestes, cristalizou-se, na memória comunista e na historiografia das organizações brasileiras de esquerda, uma imagem negativa de *Miranda*, responsabilizado pelo fracasso do movimento de 1935 e estigmatizado como delator dos companheiros e traidor do Partido. Aliás, no curso das entrevistas, o *Velho* não economizou juízos negativos acerca do secretário-geral do PCB, que, de acordo com a sua avaliação, não estava à altura dos acontecimentos:

Miranda mentia. Ele dizia: “Temos grande influência nas Forças Armadas no Rio”. Não era tanta assim. [...] Bem, a questão militar era apenas uma das mentiras contadas por Miranda. Havia outras. Ele dizia que o partido tinha grande influência no movimento operário. Chegava a dizer que os postes da Light estavam todos minados, aguardando apenas a deflagração do levante para que fossem pelos ares. Era um elemento fantasioso. Depois é que eu vim descobrir que ele era um nacionalista, um “patrioteiro”, um pequeno-burguês que pensava que ser a revolução coisa fácil. [...] Houve erros, o momento fracassou. Mas foi um movimento honesto, patriótico, o primeiro grande movimento contra a fascistização do país. Eu até hoje não renego 35. Miranda – este sim, o maior responsável pelo levante – o renegou: foi preso e passou a colaborar com a polícia (PRESTES 1981 c, in MORAES; VIANA, op. cit., p. 87-88).

Por incrível que pareça, o fato do Partido Comunista não dispor de influência efetiva na classe operária – como lembrou Prestes, era fácil, naquela época, construir a organização nos quartéis do que nas fábricas – foi debitado na conta de *Miranda*:

Eu achei que era o momento dos operários se sublevarem no Rio para dar apoio aos companheiros de Recife. Mas não queria tomar essa decisão sem consultar o secretário-geral do partido. Só no dia 25, à tarde, é que conseguimos encontrar Miranda. Fizemos uma reunião e decidimos que o levante seria na noite de 26 para 27. [...] A grande derrota do movimento foi a inexistência de participação popular. Não houve nenhuma greve operária. O movimento ficou restrito exclusivamente aos quartéis e fracassou. O esquema que Miranda dizia existir não passava de fantasia na cabeça dele (PRESTES, 1981 d, in MORAES; VIANA, 1997, p. 96-97).

Um ponto especialmente tenso, em um dos depoimentos de Prestes, diz respeito ao *justiçamento* (leia-se a execução) de Elvira Cupelo Colônia, codinome *Elza Fernandes*, companheira de Antônio Maciel Bonfim:

Eu não mandei matar Elsa – assegura Prestes. O que ocorreu foi que a polícia ligou a morte dela a uma carta minha, escrita antes de ser preso, em que recomendava punição para os traidores. Quem mandou matar Elsa foi o partido. Aliás, eu nem sabia da existência desse processo, porque Sobral Pinto não me comunicou. Eu lembro bem: antes do julgamento, Sobral Pinto me segredou no ouvido que eu seria absolvido. [...] Eu acabei sendo condenado a 30 anos, embora estivesse absolvido. [...] Eu realmente merecia ser absolvido, porque não tinha nada com o crime – um ato brutal que devia ser evitado. O Honório, quando foi preso, confessou sua responsabilidade. Outros membros do partido também (PRESTES, 1981 e, in MORAES; VIANA, 1997, p. 116-117).

A versão de Prestes acerca do “caso Garota” se tornou muito mais difícil de aceitar após a revisão historiográfica que se seguiu à queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética (PINHEIRO, 1992; VIANA, 2007; WAACK, 1993). Para

começar, o *Cavaleiro da Esperança* omitiu a extensa troca de correspondências entre ele e a Direção Nacional do PCB, ao longo dos meses de fevereiro e março de 1936, pouco depois da saída de *Elza* da prisão, e a intensidade com a qual recomendou o castigo para a “traidora” – a exemplo da missiva datada de 19 de fevereiro, na qual Prestes demonstrou irritação com a resistência dos dirigentes comunistas no cumprimento da tarefa macabra:

Fui dolorosamente surprehendido pela falta de resolução e vacillação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionaria. [...] Por que modificar a decisão a respeito da “Garota”? Que tem a ver uma coisa com a outra? Ha ou não ha trahição por parte della? É ou não é ella perigosissima ao Partido, como elemento inteiramente ao serviço do adversario conhecedora de muita coisa e testemunha unica contra um grande numero de companheiros e sympathizantes. [...] Traição é traição e tanto maior quanto mais responsavel o traidor. [...] Por isso não comprehendo a vacillação de vocês. O “S.N.” é soberano e sua decisões não devem ficar “à espera da opinião de vocês que deve ser definitiva”. Uma tal linguagem não é digna dos chefes do nosso Partido, porque é uma linguagem dos medrosos, incapazes de uma decisão, temerosos ante a responsabilidade. Ou bem vocês concordam com as medidas extremas, e neste caso já as deviam ter resolutamente posto em prática ou então discordam mas não defendem como devem tal opinião. Não é possível dirigir sem assumir responsabilidades. Por outro lado, uma direção não tem o direito de vacillar em questões que dizem respeito à defesa da propria organização. Vocês comprehenderão a vehemencia destas linhas, porque ellas traduzem com franqueza necessaria toda a minha tristeza frente às vacillações da direção em cujas mãos está o futuro da revolução no Brasil (ESTADO DA BAHIA, 19 abr. 1940, p. 5).

Segundo Vianna (2007, p. 393-395), o destino de *Elza* estava selado. “A questão colocava-se de forma simples, para o general da coluna: estava-se numa guerra e numa guerra desertores e traidores devem ser submetidos a julgamento sumário e eliminados”. Assim, a companheira de *Miranda* (suspeita de ser informante da política) foi estrangulada por Francisco Natividade Lyra (*Cabeção*), auxiliado pelos dirigentes e militantes Honório de Freiras Guimarães (*Martins*), Eduardo Ribeiro Xavier (*Abóbora*), Adelino Deícola dos Santos (*Tampinha*) e Manoel Severiano Cavalcanti (*Gaguinho*). Em seguida, o corpo da moça foi colocado em um saco e enterrado no quintal da casa em que residia Deícola, no subúrbio cariocade Deodoro, no início de março de 1936.

Em abril de 1940, todo o Secretariado Nacional do PCB foi preso. A partir das confissões dos dirigentes, a polícia descobriu o local do sepultamento, exumou o

cadáver de Elvira Cupelo Colônio e reconstituiu o crime, ritual coberto pelos jornais, filmado e exibido nos cinemas do país. A execução da *Garota* proporcionou farto material para a indústria do anticomunismo. Condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 30 anos de prisão, acusado de ser o mandante do assassinato de *Elza*, Prestes foi libertado em 18 de abril de 1945, com a decretação da anistia dos presos políticos do Estado Novo. Até o final da vida, o líder da coluna negou participação no *justiçamentoda* companheira de *Miranda*. Contudo, ao que parece, o espectro de *Elza* atormentou a consciência do velho revolucionário: “Foi o único assunto que durante as entrevistas Prestes deixou sem resposta. Quando perguntado sobre o caso, por duas vezes, sua resposta foi: ‘Não, não, isso foi depois’ e mudou de assunto” (Vianna, 2007, p. 393).

Em função dos seus limites intrínsecos, o presente trabalho requer um desfecho. Assim, buscou-se, ao longo da exposição, problematizar os nexos entre Memória e História, a partir das entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes sobre a Insurreição de novembro de 1935. Parodiando o título de um artigo de Pollak (1989, p. 03-15,), o movimento dos testemunhos do comandante da coluna palmilhou esta sequência: *Esquecimento, Silêncio, Memória*. Ademais, as declarações de Prestes podem ser encaradas como um campo de provas para as investigações referentes à História Oral, ou seja, a hábil manipulação da arte de Menemosine, operada pelo dirigente comunista, possibilita constatar a seletividade de toda memória; o processo de negociação para conciliar a memória coletiva e as memórias individuais; a disputa, o conflito e a competição entre memórias concorrentes; as batalhas da memória; a função do “não- dito”; e, enfim, o enquadramento da memória.

Acerca do ponto em questão, Burke (2000, p. 72-73) ressaltou que os historiadores se interessam (ou precisam se interessar) pela memória, considerando dois pontos de vista. Em primeiro lugar, têm de estudar a memória como fonte histórica, elaborando uma crítica da confiabilidade da reminiscência, nos moldes da operação de julgamento dos documentos históricos. Segundo o autor, essa tarefa começou a ser cumprida desde os anos 1960, quando alguns pesquisadores entenderam o valor da História Oral. Portanto, mesmo os investigadores que trabalham com períodos anteriores ao século XX têm alguma coisa a aprender com o movimento, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e das tradições orais

embutidos em muitos registros históricos. No que tange ao segundo aspecto, os historiadores devem se interessar pela “história social do lembrar”. Assim, considerando que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como se transformam na passagem do tempo. “As memórias são maleáveis, é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”.

Mas, algo ainda pode ser escrito sobre o ponto em questão. Como salientou Rouso (in FERREIRA; AMADO, 1998, p. 98-99), no campo da “história da memória” a função da testemunha não tem porque ser diferente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral. Assim, a fonte oral não é mais nem menos importante para os historiadores que lidam com a história da recordação de um acontecimento do que para aqueles que investigam o próprio evento. Aqui, as analogias com as entrevistas de Prestes e os influxos que elas exerceram nas narrativas históricas sobre a *Revolta Vermelha* são significativos.

Finalmente, destaque-se que, durante mais de meio século, Antônio Maciel Bonfim carregou sozinho a culpa pelo fracasso do levante da Aliança Nacional Libertadora. Na contemporaneidade, a revisão histórica dos fatos de 1935 permite reavaliar a trajetória de um homem que foi transformado em “farrapo humano” e submetido a um impiedoso processo de “liquidação política” – aliás, uma técnica recorrente nos Partidos Comunistas quando se tratava de estigmatizar os seus “renegados”. A julgar pelas evidências analisadas, os aportes emprestados por Luiz Carlos Prestes para a elaboração de uma imagem negativa de *Miranda* foram decisivos. Portanto, o estabelecimento de uma justa memória acerca de Antônio Bonfim demanda esmiuçar as reminiscências do *Cavaleiro da Esperança*, até porque “anistia” não significa apenas “esquecimento”, mas, também, a possibilidade de reparar injustiças cometidas no passado.

Referências

BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BEZERRA, Gregório. **Memórias** (primeira parte: 1900-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67-89.

CARONE, Edgar. *A Segunda República* (1930-1937). São Paulo: DIFEL, 1978.

_____. **A República Nova** (1930-1937). São Paulo: DIFEL, 1982.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

EXECUTADA por determinação de Luiz Carlos Prestes. Salvador, **Estado da Bahia**, 19 abr. 1940, p. 1,5.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci** (20 anos de clandestinidade). Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos**: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, Dênis de. **Prestes com a palavra**: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

_____; VIANA, Francisco. **Prestes**: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; LIMA, Thiago Machado de; SILVA, Letícia Santos; ALVES, Iracélli da Cruz; OLIVEIRA, Cláudia Ellen Guimarães. O célebre Miranda: aventuras e desventuras de um militante comunista entre a história e a memória. **Praxis**: revista eletrônica de história, Salvador, v. 5, p. 62-71, jan. dez. 2011. Disponível

em: http://revistas.unijorge.edu.br/praxis/2011/pdf/62_oCelebreMiranda.pdf

Acesso em: 31/08/2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 91-115, jul. dez. 2004.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. **Praxedes, um operário no poder**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**: Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1993, p. 361-443.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WAACK, William. **Camaradas**: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Outubro de 2012